

Artigo:

A educação sensível: afeto e sentimentalismo nos livros escolares brasileiros (1889-1945)

Sensitive education: affection and sentimentalism in Brazilian school textbooks (1889-1945)

Educación sensible: afecto y sentimentalismo en los textos escolares brasileños (1889-1945)

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18107337>

Samara Elisana Nicareta

Doutora em Educação (UFSC)

Resumo

Este artigo analisa a construção da "educação sensível" em livros didáticos de autoria feminina publicados no Brasil entre 1889 e 1945. Investigando obras de autoras como Julia Lopes de Almeida e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, o estudo demonstra como o afeto e o sentimentalismo foram utilizados como dispositivos de normalização de gênero e de docilização das almas infantis. A fundamentação teórica ancora-se nos conceitos de Imaginário Social e Representações para compreender o livro didático como um objeto que prescrevia destinos emocionais específicos, especialmente para as meninas. A metodologia qualitativa identifica eixos temáticos como a "maternidade espiritual", o uso de diminutivos e a exaltação do sacrifício como virtudes femininas fundamentais. Os resultados revelam que o sentimentalismo didático não era apenas um estilo, mas uma ferramenta política para converter a norma estatal em sentimento privado, garantindo a obediência à ordem republicana através do calor doméstico. Conclui-se que essa pedagogia "fabricou" a domesticidade como destino natural da mulher, utilizando uma pedagogia da culpa e uma estética da ternura para internalizar a vigilância e manter estruturas patriarcais e higienistas sob um verniz de doçura.

Palavras-chave: Livro Didático; História das Sensibilidades; Relações de Gênero.

Abstract

This article analyzes the construction of "sensitive education" in Brazilian textbooks authored by women between 1889 and 1945. By investigating works by authors such as Julia Lopes de Almeida and Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, the study demonstrates how affection and sentimentalism were used as gender normalization devices to foster docility in children. The theoretical framework is based on the concepts of Social Imaginary and Representations to understand the textbook as an object that prescribed specific emotional destinies, especially for girls. The qualitative methodology identifies thematic axes such as "spiritual motherhood," the use of diminutive forms, and the exaltation of sacrifice as fundamental feminine virtues. The results reveal that didactic sentimentalism was not merely a style but a political tool to convert state norms into private feelings, ensuring obedience to the republican order through domestic warmth. The study concludes that this pedagogy "manufactured" domesticity as a woman's natural destiny, using a pedagogy of guilt and an aesthetic of tenderness to internalize surveillance and maintain patriarchal and hygienist structures under a veneer of sweetness.

Keywords: Textbooks; History of Sensibilities; Gender Relations.

Resumen

Este artículo analiza la construcción de la "educación sensible" en libros de texto de autoría femenina publicados en Brasil entre 1889 y 1945. Al investigar obras de autoras como Julia Lopes de Almeida y Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, el estudio demuestra cómo el afecto y el sentimentalismo fueron utilizados como dispositivos de normalización de género y docilización de las almas infantiles. El fundamento teórico se basa en los conceptos de Imaginario Social y Representaciones para comprender el libro de texto como un objeto que prescribía destinos emocionales específicos, especialmente para las niñas. La metodología cualitativa identifica ejes temáticos como la "maternidad espiritual", el uso de diminutivos y la exaltación del sacrificio como virtudes femeninas fundamentales. Los resultados revelan que el sentimentalismo didáctico no era solo un estilo, sino una herramienta política para convertir la norma estatal en sentimiento privado, garantizando la obediencia al orden republicano a través del calor doméstico. Se concluye que esta pedagogía "fabricó" la domesticidad como destino natural de la mujer, utilizando una pedagogía de la culpa y una estética de la ternura para internalizar la vigilancia y mantener estructuras patriarcales e higienistas bajo un barniz de dulzura.

Palabras clave: Libro de Texto; Historia de las Sensibilidades; Relaciones de Género.

INTRODUÇÃO

A historiografia da educação brasileira, consubstanciada em seus esforços de reconstrução das trajetórias do pensamento pedagógico e dos artefatos da cultura material escolar, tem se debruçado, com crescente vigor analítico e rigor epistemológico, sobre a função dos manuais didáticos na conformação das subjetividades e dos papéis de gênero. No âmago dessa discussão, a área de conhecimento que perscruta o Imaginário Social e a História das Sensibilidades identifica no período compreendido entre o alvorecer da República e o crepúsculo do Estado Novo (1889-1945) um momento nevrálgico de cristalização de representações que, longe de serem neutras, operavam como autênticos dispositivos de normalização afetiva. O tema deste artigo gravita em torno da investigação minuciosa de como a "educação sensível" foi erigida, por meio de livros escolares de autoria feminina, como uma estratégia de docilização das almas infantis, utilizando o afeto e o sentimentalismo como vetores de um projeto civilizatório que visava conciliar a modernização nacional com a manutenção de estruturas patriarcais ancestrais.

A definição deste tema exige a compreensão de que a escola republicana, em seu afã civilizatório, higienista e sanitarista, não apenas alfabetizava ou instruía em rudimentos científicos, mas também "socializava os afetos" e prescrevia destinos emocionais específicos para meninos e, sobretudo, para meninas. Nesse cenário, o livro didático surge como um objeto cultural complexo que, sob a égide da autoria feminina — fenômeno que por si só encerra uma ambiguidade profissional e existencial —, disseminou uma pedagogia do amor, da renúncia e do sacrifício. O sentimentalismo, nesse diapasão, não é apresentado como uma mera característica estilística da escrita

feminina, mas como uma ferramenta política fundamental, destinada a converter a norma estatal em sentimento privado, garantindo que a obediência à ordem republicana fosse mediada pelo calor do ambiente doméstico e pela voz terna da mãe-educadora.

Inserido no campo da História da Educação e da História das Mulheres, este artigo dialoga com as teorizações sobre as representações sociais e o imaginário, compreendendo que as narrativas presentes nos livros de leitura são formas de apreensão do mundo que instituem verdades e hierarquias através da sensibilidade. O estudo das obras de autoras como Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Julia Lopes de Almeida e Ofélia Fontes revela uma arquitetura pedagógica que visava a escolarização dos sentimentos, transformando a sala de aula em um prolongamento da domesticidade afetiva. Essa duplicidade — a mulher que ocupa o espaço público da autoria para prescrever o recolhimento sentimental de suas leitoras — constitui a tensão dialética que permeia o objeto de estudo aqui proposto, exigindo um olhar que vá além da superfície textual para atingir as camadas de sentido do currículo oculto da sensibilidade.

Por fim, a área de conhecimento aqui mobilizada pressupõe que o livro didático é um "monumento de papel" que participa ativamente da construção das identidades de gênero através de um "magma de significações imaginárias", conforme a acepção de Cornelius Castoriadis. Ao enfocarmos a educação sensível, percebemos como a pedagogia da época utilizava o sentimentalismo para enobrecer a submissão feminina e o dever pátrio. A "menina bem-comportada" era, em última análise, a menina que sentia "corretamente", cujas emoções eram reguladas pela vigilância da família, da igreja e do Estado. Este artigo propõe, portanto, uma arqueologia dessas imagens e textos, buscando compreender como a alma da mulher brasileira foi sendo tecida nas páginas escolares entre lições de abnegação e poemas em

louvor a uma sensibilidade que, ao mesmo tempo que encantava, limitava a agência feminina ao domínio do coração.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar criticamente a construção da "educação sensível" nos livros didáticos de autoria feminina publicados entre 1889 e 1945, buscando identificar as estratégias discursivas e iconográficas que utilizaram o afeto e o sentimentalismo como dispositivos de normalização de gênero. Pretende-se investigar como as autoras brasileiras mediarão a tensão entre a autoridade pedagógica e a "doçura" maternal na prescrição de condutas emocionais para as alunas, observando o papel do sentimentalismo na formação de uma subjetividade feminina dócil, abnegada e intrinsecamente ligada ao projeto de higiene física e moral da nação republicana.

A metodologia empregada nesta investigação ancora-se nos pressupostos da História Cultural e na análise documental de caráter qualitativo, pautando-se em uma descrição pormenorizada da materialidade escolar como fonte de pesquisa privilegiada. O procedimento metodológico central consistiu no levantamento e na sistematização de um *corpus* documental composto por livros de leitura, manuais de economia doméstica e compêndios de instrução moral e cívica, selecionados por sua representatividade e circulação nacional durante o recorte temporal de 1889 a 1945. A análise não se restringiu à linguagem verbal, mas abarcou com igual acuidade a dimensão iconográfica, compreendendo as ilustrações como "marcas de gênero" que operam pedagogicamente sobre o olhar e o imaginário infantil.

Para tanto, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo associada ao conceito de "Imaginário Social" de Cornelius Castoriadis e ao estudo das "Representações" de Roger Chartier. O processo analítico envolveu a fragmentação das obras em unidades de sentido ligadas à expressão de afetos,

categorizando as recorrências em eixos temáticos como: o tom maternal da narrativa, o uso de diminutivos e vocabulário afetivo, a exaltação da dor e do sacrifício como virtudes, e a personificação da Pátria como entidade amada. A pesquisa buscou identificar as sutilezas dos "paratextos" (prefácios e dedicatórias) que revelam a posição de autoridade "suave" assumida pelas autoras femininas e o seu diálogo com as políticas de instrução pública que visavam a nacionalização da infância através do sentimento.

A metodologia contemplou a análise longitudinal das obras, buscando identificar rupturas e permanências nas representações da sensibilidade em diferentes momentos do regime republicano. O cotejamento entre o texto prescritivo e a iconografia permitiu desvelar como a estética da "doçura" foi construída como o reflexo da alma higienizada que a República desejava forjar. A descrição minuciosa desses procedimentos garante a fundamentação teórica necessária para a exegese do sentimentalismo como um constructo cultural destinado à normalização da conduta feminina, transformando o ato de sentir em um rito de cidadania e de submissão aos valores da ordem estabelecida.

A justificativa para a inserção deste estudo no campo científico reside na necessidade premente de compreender as raízes históricas da "pedagogia do afeto" que, ainda hoje, informa muitas das práticas escolares e das representações de gênero na sociedade brasileira. Ao iluminar o papel do livro didático de autoria feminina como vetor de uma educação sensível, esta pesquisa contribui para a História da Educação ao desnaturalizar o sentimentalismo como uma característica "inata" da mulher, revelando-o como uma construção histórica intencional e politizada. A relevância acadêmica consubstancia-se, portanto, na oferta de novos elementos para a crítica da cultura material escolar e para o entendimento de como as intelectuais brasileiras do passado operaram como mediadoras da dominação simbólica através da linguagem do coração.

O impacto social desta investigação manifesta-se na possibilidade de fomentar reflexões críticas sobre os modelos de subjetivação que ainda pesam sobre a educação das meninas contemporâneas. Ao revelarmos que o sentimentalismo nos manuais escolares era um instrumento de controle social e disciplinamento biopolítico, este artigo colabora para a desconstrução de mitos que limitam a agência feminina ao âmbito das emoções privadas. A ciência histórica, ao analisar o passado da "menina sensível", fornece as ferramentas necessárias para que educadores possam pensar em pedagogias mais plurais, que não condicionem a respeitabilidade da mulher à sua capacidade de abdicação e "doçura", promovendo uma cidadania que integre razão e sensibilidade sem hierarquizações de gênero.

O SENTIMENTALISMO

A análise sistemática da produção didática feminina entre 1889 e 1945 revela que a utilização do afeto não era um adorno estilístico, mas a própria viga mestra da pedagogia feminina. Nos compêndios escolares da época, a transmissão do conhecimento técnico ou moral é quase invariavelmente envolta em uma "atmosfera de ternura". Através das páginas de obras como as de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, observa-se uma exaltação do "coração" como o verdadeiro guia da conduta humana. A educação sensível buscava criar um elo indissolúvel entre o dever e o prazer de amar a Pátria, a família e a higiene. Esta estratégia visava garantir que a norma não fosse percebida como uma imposição externa, mas como um impulso interno de afeto, transformando a disciplina em um "sacrifício voluntário" e amoroso.

Nesse contexto, as formulações teóricas de Cornelius Castoriadis sobre as significações imaginárias tornam-se essenciais. Conforme citado na tese de referência, "o imaginário social é o que permite à sociedade dizer quem ela é e o que ela faz" (Nicareta, 2018). No caso brasileiro, o imaginário instituído pela

escola republicana dizia que a mulher era a "guardiã da sensibilidade". O sentimentalismo didático era o mecanismo que permitia à sociedade republicana definir a identidade feminina como intrinsecamente afetiva e doméstica. A autoridade da professora-autora não emanava de uma força coercitiva, mas de uma "maternidade espiritual" que seduzia o escolar através de narrativas pontuadas por diminutivos, apelos emocionais e cenas de idílio familiar, construindo uma verdade sobre a feminilidade que interditava a aspereza da vida política ou intelectual autônoma.

A construção dessa educação sensível pautava-se em uma retórica que amalgamava o afeto materno ao rigor higienista. Nicareta (2018) observa que os livros didáticos de autoria feminina operavam como dispositivos de normalização, prescrevendo que a virtude da menina deveria se manifestar na sua capacidade de "sentir a dor alheia" e de "amar a ordem". Como assevera a tese: "As imagens de mulheres nos livros escolares de autoria feminina operam como dispositivos de normalização que instituem verdades sobre o que é ser mulher" (Nicareta, 2018, p. 160). No âmbito da sensibilidade, a verdade instituída era a de que a mulher ideal deveria possuir uma alma "transparente e doce", capaz de mitigar os conflitos sociais através da doçura, funcionando como o amortecedor emocional necessário para a estabilidade de uma República que enfrentava profundas desigualdades.

No que tange à iconografia, os resultados apontam para uma representação idealizada da infância sensível, onde as meninas aparecem em trajes impecáveis, com expressões de serenidade angelical, muitas vezes abraçando bonecas ou cuidando de animais menores. As ilustrações mostram a menina no centro de um "universo de cuidado", construindo um cenário onde o afeto é despojado de sua dimensão instintiva e transformado em um rito de civilidade. Nicareta (2018) ressalta que essa estética da ternura visava a produção de uma subjetividade que aceitasse o silenciamento e a obediência

como provas de amor. A beleza da "menina bem-comportada" era a beleza daquela que sorria com recato e chorava com piedade, refletindo a docilidade emocional que seria exigida da mulher na gestão invisível do lar e da raça.

A lição da "maternidade espiritual" ocupava um lugar de destaque nesta arquitetura sensível. Mais do que instruir sobre as lidas domésticas, a professora-autora ensinava a "amar o lar". O sentimentalismo convertia a tarefa mecânica da limpeza ou da costura em um gesto de carinho para com o marido e os filhos. A "fada do lar" moderna deveria ser movida por um afeto racionalizado, onde o asseio da casa era a prova visível da pureza dos seus sentimentos. Castoriadis reforça essa ideia ao afirmar que as instituições são "magmas de significações"; a casa, nos livros didáticos, era a significação do amor ordeiro. O sentimentalismo escolar garantia que a mulher visse no seu confinamento doméstico não uma prisão, mas o trono sagrado da sua sensibilidade missionária.

A discussão sobre as autoras dessas obras revela uma ambivalência fascinante. Muitas escritoras, como Julia Lopes de Almeida, eram mulheres que exerciam uma agência intelectual vigorosa. Contudo, em suas obras didáticas, elas reforçavam a ideia de que a "razão feminina" deveria ser sempre temperada pelo "sentimento". Como destaca Nicareta (2018, p. 152): "A maternidade é a função suprema da mulher, o seu destino natural e a sua maior glória". Esta citação, recorrente no imaginário da época, sintetiza como o sentimentalismo servia para ancorar a mulher no seu destino biológico. Se a maternidade era a glória, qualquer inclinação profissional fora deste âmbito era sutilmente retratada como uma perda da "essência sensível", uma masculinização indesejada que ameaçaria a harmonia nacional.

Observa-se, ademais, que a educação sensível operava por meio da repressão das paixões turbulentas em favor de um sentimentalismo brando e governável. A raiva, a inveja e a curiosidade intelectual excessiva eram

retratadas como "feias" e "doentias". A higiene moral prescrita pelas autoras visava o saneamento das emoções. A "menina bem-comportada" deveria cultivar apenas os "bons sentimentos": a gratidão aos pais, o respeito aos heróis e o temor a Deus. Este policiamento afetivo era fundamental para a criação de corpos dóceis, pois uma alma governada pela doçura dificilmente se rebelaria contra as injustiças sociais ou as restrições de gênero. O sentimentalismo era a anestesia pedagógica da República.

O imaginário social da "educação pelo coração" era alimentado por contos e parábolas onde a obediência cega era sempre recompensada pelo afeto maternal. A punição escolar, nos livros de autoria feminina, raramente era física; era uma "punição do sentimento". O pior castigo para a menina era o "desgosto da mãe" ou a "tristeza da mestra". Essa pedagogia da culpa afetiva era muito mais eficaz do que a palmatória, pois internalizava a vigilância. A criança aprendia que sua desobediência não feria apenas a regra, mas o "coração da Pátria". A educação sensível transformava o Estado em uma entidade amada e vulnerável, que dependia da "bondade" de seus súditos para prosperar.

A análise da evolução temporal das obras mostra que, mesmo com a introdução dos métodos da Escola Nova na década de 1920, o sentimentalismo permaneceu como o substrato das representações femininas. O que mudou foi a forma de abordagem: a sensibilidade tornou-se "psicologizada". A mãe e a professora agora deveriam ser "compreensivas" e "afetuosas" para melhor orientar as inclinações naturais da criança. O progressismo metodológico não rompeu com o conservadorismo sensível; ao contrário, forneceu ferramentas mais sofisticadas para que o afeto continuasse sendo o principal instrumento de conformação das identidades de gênero. A mulher continuava sendo o "reservatório de ternura" da nação, agora com o aval da ciência psicológica.

A caridade era a forma pública por excelência do sentimentalismo feminino. Nos manuais didáticos, a menina bem-comportada é incentivada a visitar os pobres e a doar seus brinquedos velhos, sempre movida por uma "piedade doce". Essa caridade sensível servia para naturalizar as desigualdades de classe, transformando o conflito social em um objeto de afeto individual. A mulher de elite, através da sua sensibilidade, deveria "suavizar" a vida dos desfavorecidos, sem nunca questionar as estruturas que os mantinham na pobreza. O sentimentalismo escolar era, portanto, uma ferramenta de manutenção da ordem social, ensinando que a solução para os males do Brasil não era a política, mas a "bondade do coração feminino".

A Pátria, nos livros didáticos de 1889 a 1945, é personificada como uma "Mãe estremecida". O amor à bandeira e ao hino é ensinado como uma extensão do amor filial. Esta emocionalização do civismo era estratégica para a nacionalização de uma população diversa e, muitas vezes, indiferente aos símbolos republicanos. O sentimentalismo permitia que o nacionalismo fosse "bebido com o leite materno". A "Mãe da Nação" era a figura que garantia a lealdade biológica e afetiva das massas. O livro didático, sob a pena de mulheres, foi o grande mediador desse misticismo patriótico, onde o dever cívico era apresentado como a mais alta expressão da sensibilidade humana. Para sistematizar a análise das dimensões que compõem essa pedagogia sensível, apresenta-se o quadro analítico abaixo, que fragmenta os elementos do sentimentalismo didático e suas respectivas funções na normalização de condutas.

Quadro Analítico: Elementos da Educação Sensível nos Manuais Escolares (1889-1945)

Elemento do Sentimentalismo	Representação Textual / Iconográfica	Função Pedagógica	Efeito na Subjetividade de Gênero
A Voz Maternal	Diálogos tontos por diminutivos e apelos afetivos ("querida filha", "meu anjo").	Criação de uma atmosfera de confiança e docilidade; internalização da regra através do amor.	Identificação da autoridade feminina com a doçura; negação da assertividade.
A Estética da Ternura	Ilustrações de meninas em poses de cuidado, cores suaves, cenas de idílio doméstico.	Atração visual do escolar; fixação de modelos estéticos de passividade e recato.	Naturalização da beleza feminina como algo frágil, asseado e "agradável ao olhar".
A Pedagogia da Culpa	Narrativas onde a desobediência causa "dor" no coração da mãe ou da mestra.	Substituição da punição física pela vigilância moral interna; controle pelo afeto.	Desenvolvimento de um senso de responsabilidade afetiva paralisante; submissão.
A Piedade Caridosa	Lições de auxílio aos pobres e doentes motivadas por "sentimentos doces".	Neutralização dos conflitos de classe; transformação da política em moral individual.	Limitação da agência pública feminina ao âmbito da assistência e filantropia.
O Patriotismo Afetivo	A Pátria representada como a "Mãe Comum" que exige amor e sacrifício filial.	Nacionalização das almas; garantia de lealdade incondicional ao Estado Republicano.	Vinculação do papel reprodutor da mulher à sobrevivência moral da nação brasileira.

Fonte: elaborado pela autora.

A sistematização apresentada no Quadro Analítico evidencia que a educação sensível não era uma prática isolada, mas um sistema coerente de governo das almas. O elemento da Voz Maternal revela a face mais insidiosa do controle pedagógico. Ao utilizar uma linguagem saturada de afetividade, o livro didático de autoria feminina removia a barreira entre o público e o privado. A regra escolar passava a ter o mesmo peso emocional do conselho

materno. O efeito na subjetividade era a criação de uma feminilidade que não sabia dizer "não" sem sentir que estava traindo o amor, consolidando a docilidade como a virtude suprema da "menina bem-comportada".

No que tange à Estética da Ternura, percebe-se a função biopolítica da imagem. As ilustrações não apenas decoravam o livro, mas ensinavam a menina a "ver-se" como um objeto de cuidado. A suavidade das cores e a passividade das poses construíam um padrão de beleza que era, simultaneamente, um padrão de comportamento. A menina aprendia que, para ser bela e amada, ela deveria ser "suave" e higienizada. Esta estética excluía qualquer representação de força física ou de agitação criativa, confinando o corpo feminino a uma redoma de contemplação adocicada, essencial para a formação da futura esposa e mãe "anjo do lar".

A Pedagogia da Culpa, na falta de uma expressão mais adequada, e a Piedade Caridosa formam o núcleo moral da educação sensível. A substituição da coerção física pela coerção afetiva permitia à escola republicana moldar o caráter de forma muito mais profunda. A culpa pelo "desgosto materno" criava um policiamento interno que acompanharia a mulher por toda a vida. Já a caridade sensível servia como um salvo-conduto para a mulher atuar na esfera pública sem desafiar o patriarcado. Ela saía de casa não para reivindicar direitos, mas para "levar doçura" aos menos favorecidos. O sentimentalismo despolitizava a agência feminina, transformando a luta social em um exercício de "bons sentimentos" burgueses.

Por fim, o Patriotismo Afetivo demonstra como o Estado Novo e a Primeira República cooptaram a sensibilidade feminina para fins nacionalistas. Ao transformar a Pátria em mãe, a educação escolar impunha um dever de sacrifício biológico e emocional. O sentimentalismo era a cola que unia os diversos "Brasis" sob uma única bandeira emocional. A mulher, como mediadora dessa sensibilidade, era indispensável ao regime; seu papel era o de

garantir que as futuras gerações "sentissem a Pátria" antes mesmo de compreendê-la. O quadro confirma que a educação sensível foi o dispositivo que "fabricou" a domesticidade como o destino natural da alma feminina, utilizando o amor como a mais eficiente das amarras sociais.

Conclui-se, a partir desses comentários, que o afeto nos manuais escolares foi uma ferramenta de poder que permitiu à elite branca higienizar o imaginário nacional. O sentimentalismo operava uma limpeza racial e social simbólica: as personagens "sensíveis" eram invariavelmente brancas, asseadas e pertencentes à burguesia urbana. A educação sensível foi o preço pago pelas mulheres para ocuparem o lugar de autoridade pedagógica; elas ganharam a caneta, mas a utilizaram para escrever uma hagiografia da submissão afetiva, cujos ecos ainda ressoam na forma como a sociedade brasileira educa suas meninas para serem, antes de tudo, "doces e amáveis".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem concluir que o sentimentalismo e o afeto constituíram-se como as tecnologias de gênero fundamentais da educação brasileira entre 1889 e 1945, funcionando como sofisticados dispositivos de normalização e controle biopolítico. Conclui-se que a escola republicana, ao utilizar manuais didáticos de autoria feminina impregnados de uma retórica sensível, operou uma "escolarização do coração", conferindo um verniz de doçura e naturalidade a papéis tradicionais de subordinação doméstica. O sentimentalismo não foi um mero adorno, mas a própria condição de possibilidade para que a modernização do Brasil fosse aceita pelas famílias, transformando o projeto estatal em um compromisso de amor privado.

Os resultados da pesquisa demonstram que essa "educação sensível" foi sustentada por uma estética da passividade e por uma pedagogia da culpa

afetiva. Ao comentarmos os resultados, percebe-se que a eficácia dessa pedagogia residia na sua capacidade de internalizar a vigilância: a menina bem-comportada não obedecia por medo da punição física, mas por medo de ferir a sensibilidade materna e pátria. Como assevera Nicareta (2018), o imaginário escolar instituiu verdades que apresentavam a renúncia feminina como a mais alta expressão de inteligência e sensibilidade, fixando a mulher no pedestal de "anjo do lar" e "mãe espiritual" da nação.

Retomando a explicitação da resolução do problema, constata-se que a tensão entre a profissionalização das autoras e o conteúdo doméstico de suas obras foi resolvida através da mediação do afeto. As autoras legitimavam sua presença no espaço público da escrita apresentando-se como as "mães pedagógicas" que ensinavam a nação a sentir. O objetivo inicial de analisar a função do sentimentalismo na formação das subjetividades de gênero foi plenamente atingido, revelando o livro didático como um artefato tecnológico que "fabricou" a sensibilidade feminina como uma jaula de ouro emocional, essencial para a manutenção da ordem patriarcal e higienista.

No que tange aos limites da pesquisa, reconhece-se que a análise se ateve ao discurso prescritivo das obras e às representações oficiais, não sendo possível aferir as possíveis resistências ou re-elaborações que professoras e alunas reais operaram no cotidiano das práticas escolares. A materialidade do livro prescreve um ideal, mas a história da educação é feita de sujeitos que, muitas vezes, subverteram a ordem amorosa. Outrossim, o foco exclusivo em autoras brasileiras, embora justificado pela necessidade de compreender a agência feminina nacional, demanda futuros estudos comparativos com a literatura didática estrangeira do mesmo período para identificar se a "pedagogia do afeto" foi uma especificidade luso-brasileira ou uma tendência global da burguesia ocidental.

Como apontamentos para novas pesquisas, sugere-se a investigação de como a herança da "educação sensível" ainda sobrevive nos currículos contemporâneos e nas novas mídias educativas, observando se a cobrança pela "doçura" feminina apenas trocou de suporte tecnológico. Seria profícuo também analisar como o sentimentalismo foi utilizado para silenciar as questões raciais, observando se a "piedade doce" serviu para ocultar a violência do racismo estrutural nas páginas escolares. Em última instância, o estudo do afeto nos manuais didáticos permanece como um capítulo fundamental para compreendermos como as engrenagens de gênero moldaram a alma do Brasil moderno, lembrando-nos de que a liberdade das mulheres exige, também, o direito a uma sensibilidade que não seja sinônimo de submissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbeg, V. A. J. O. (2018). *Pro Brasilia Fiant Eximia: Nacionalismo e paulistanidade em livros didáticos aprovados no Estado de São Paulo (1911–1937)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Paulo.
- Abbeg, V. A. J. O. (2023). CETEPAR e a fabricação do "Homem-Novo": Programas estatais no ensino paranaense (1971–1982). *ETS Educare – Revista de Educação e Ensino*, 1(1), 1–19. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8187845>
- Abbeg, V. A. J. O. (2023). Cultura material escolar e o livro didático. *ETS Humanitas – Revista de Ciências Humanas*, 1(1), 44–73. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8374325>
- Almeida, J. L. de. (1896). *Livro das noivas*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Andrade, M. G. L. de. (1920). *Livro de leitura para o curso elementar*. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Bittencourt, C. M. F. (2008). *Livro didático e saber escolar: 1810–1910*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa, Portugal: Difel.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nicareta, S. E. (2018). *Para serem bem comportadas? Imagens de mulheres em livros escolares de autoria feminina (1889–1945)* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Nicareta, S. E. (2023). Urgência de novas categorias para a imagem da mulher: As honestas, as perdidas, as desejadas e as marginais na imprensa curitibana na década de 1980. *ETS Humanitas – Revista de Ciências Humanas*, 1(1), 1–26. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8278037>
- Nicareta, S. E., & Abbeg, V. A. J. O. (2023). Entre pseudônimos e imaginários: A identidade feminina nas “Cartas sobre a Educação das Meninas por uma Senhora Americana”, no século XIX. *ETS Communicate – Revista de Comunicação, Linguagens e Sociedade*, 1(1), 1–23. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8313170>
- Pesavento, S. J. (1999). *O imaginário da cidade: Visões e representações de Porto Alegre (1870–1920)*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Santos, A. V. dos. (2012). *A instrução pública e a formação da alma republicana*. Florianópolis, SC: Insular.
- Souza, R. F. de. (1998). *Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo, SP: UNESP.
- Teive, G. M. G. (2008). “Uma vez normalista, sempre normalista”: Cultura escolar e produção de um habitus pedagógico. Florianópolis, SC: Insular.
- Vidal, D. G. (2005). *Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita*. Campinas, SP: Autores Associados.